



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Direitos Geracionais

O PAIF e o trabalho social com juventude: um relato de experiência

Emily Nascimento Almeida¹
Adriana de Azevedo Barbosa²

Resumo: Este relato tem por finalidade apresentar a experiência de um trabalho social com jovens desenvolvido pela equipe do PAIF de um CRAS, em Linhares/ES. A experiência teve como objetivo prevenir situações de trabalho infantil, onde, através da sociedade, buscou-se estimular projetos de vida e profissionais. A proposta foi pensada a partir da observação da reprodução intergeracional da pobreza e da incidência do trabalho infantil nas famílias atendidas. Um dos principais referenciais teórico foi Moura (1988), no que se refere à compreensão da relação sócio-histórica brasileira e seus reflexos na atualidade. Os resultados iniciais foram satisfatórios, visto a constância de participantes nos encontros e a contribuição com a inclusão de alguns dos jovens em programas de adolescente aprendiz.

Palavras-chave: PAIF; jovens; pobreza; intergeracional; trabalho infantil.

PAIF and social work with youth: an experience report

Abstract: This report aims to present the experience of social work with young people developed by the PAIF team at a CRAS, in Linhares/ES. The experience aimed to prevent situations of child labour, where, through society, we sought to stimulate life and professional projects. The proposal was designed based on the observation of the intergenerational reproduction of poverty and the incidence of child labour in the families covered. One of the main theoretical references was Moura (1988), with regard to understanding the Brazilian socio-historical relationship and its effects today. The initial results were satisfactory, given the constant number of participants in the meetings and the contribution with the inclusion of some of the young people in adolescent apprentice programs.

Keywords: PAIF; young people; poverty; intergenerational; Child labour.

Introdução

Entre as principais facetas das expressões da questão social que chegam à política de assistência social, através dos atendimentos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pode-se citar: o desemprego, a insegurança alimentar, analfabetismo, diversos tipos de violências e entre outros. Sobretudo, têm nos chamado atenção a incidência e a naturalização do trabalho infantil e sua contribuição na reprodução intergeracional da pobreza.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Linhares. Email: as.emilyalmeida@gmail.com. Autorizo divulgação do trabalho.

² Especialista em ludoterapia e, atualmente, psicóloga da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Linhares. Email: expersselecao@gmail.com. Autorizo divulgação do trabalho.

Historicamente, os trabalhos das equipes dos CRAS estão centrados na figura do responsável familiar, principalmente nas mulheres, em concordância com Carloto (2015), dado a naturalização de seu papel na esfera do cuidado. Ainda em conformidade com a autora, a sobrecarga do trabalho na esfera doméstica e o tempo investido na função de cuidado dificultam o acesso das responsáveis familiares ao mercado de trabalho formal ou à atividades que possibilitam autonomia financeira suficiente “para romper o ciclo de dependência de programas de transferência de renda” (CARLOTO,2015, p.203)

Ao observar esta situação de perpetuação do pauperismo familiar que contribui com a inserção, manutenção e naturalização do trabalho infantil (Custódio, 2009), através de atendimentos individuais com as responsáveis familiares, foi proposto pela equipe multidisciplinar do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) a execução de um trabalho social com jovens de famílias atendidas e encaminhadas pela rede socioassistencial com vistas a, através da socioeducação, potencializar o protagonismo social juvenil e estimular projetos profissionais e de vida aos participantes. Pontua-se, portanto, que as condições sociais das famílias e as expressões da questão social que estão expostas, foram analisadas de forma articuladas com as questões estruturais que as envolvem.

Ressalta-se que o trabalho social com família é objetivo do PAIF, previsto na Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1993, s/n)

Nota-se, no âmbito da proteção social básica, a importância do trabalho social com famílias com a finalidade de, através de ações socioeducativas, fortalecer vínculos e prevenir violações de direitos, como prever a legislação citada. Contudo, como já expresso, o trabalho com famílias deve levar em consideração a dimensão estrutural que envolve as diversas facetas das expressões da questão social a que estão

expostas, principalmente as famílias mais empobrecidas, visto que esta realidade não está deslocada das relações sócio-históricas do país.

Posto isto, o presente trabalho propõe analisar os reflexos dessa relação na atualidade, no âmbito da política de assistência social, e trazer considerações a partir da experiência de um trabalho executado com um grupo de jovens pela equipe do PAIF de um CRAS de Linhares, Espírito Santo.

1. MARCO TEÓRICO

A política de assistência social, no Brasil, tem como principal objetivo intervir nas expressões da questão social gerada pelas contradições do modo de produção capitalista, como sinaliza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ao definir como objetivo:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (MDS, 2005, p.33).

A assistência social passou a ser um dos pilares da seguridade social no Brasil na constituição de 1988 (Brasil, 1988) e, de acordo com Carloto (2015), a partir da década de 1990, as famílias passaram a ser um locus privilegiado das políticas públicas, através da PNAS.

Destarte, para o subsídio da compreensão da reprodução intergeracional da pobreza, observado nas famílias atendidas nos CRAS, além dos documentos de orientações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e autores como Carloto (2015) que problematiza a centralidade da intervenção dos trabalhos do SUAS nas famílias, principalmente através do trabalho doméstico das mulheres, contribuiu com nossa análise a respeito das “determinações estruturais geradoras e mantenedoras de pobreza” (SILVA; YAZBEK; COUTO; 2016, p.111) e as particularidades da formação socio-histórica brasileira o autor Clóvis Moura (1988). Moura (1988) na obra “Sociologia do Negro Brasileiro” traz reflexões essenciais sobre os mecanismos das classes dominantes brasileira de controle e imobilização social dos negros e não brancos e seus impactos na cena contemporânea.

2. Raízes do imobilismo social e seus reflexos na desigualdade social e racial na contemporaneidade no Brasil.

O Brasil tem em sua formação social e econômica pautada na escravização dos povos originários, africanos e afrodescendentes, que representou, até o fim do regime escravocrata, a principal mão de obra do período colonial. De acordo com Moura (1988), os negros ocupavam, praticamente, todos os postos de trabalho da época, inclusive os mais complexos:

Os negros não eram somente os trabalhadores do eito, que se prestavam apenas para as fainas agrícolas duras e nas quais o simples trabalho braçal primário era necessário. Na diversificação da divisão do trabalho eles entravam nas mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal. Em alguns ramos eram mesmo os mais capazes como, por exemplo, na metalurgia cujas técnicas trazidas da África foram aqui aplicadas e desenvolvidas. Na região mineira, por exemplo, foram os únicos que aplicaram e desenvolveram a metalurgia. Tiveram também a habilidade de aprenderem com grande facilidade os ofícios que aqueles primeiros portugueses que aqui aportaram trouxeram da Metrópole. Eles tinham mesmo interesse de ensiná-los aos escravos a fim de se livrarem de um tipo de trabalho não-condizente com a sua condição de brancos, deixando ao negro as atividades artesanais. (Moura, p.67, 1988).

No entanto, com a inserção do país ao capitalismo e o fim do regime escravocrata, “negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo” (Moura, p. 65, 1988). Considerados incapazes para o novo regime, foi iniciada, com a abolição da escravidão, a substituição da mão de obra da população negra pela dos europeus, através de uma maciça política de imigração europeia, que contribuiu para o agravamento da pauperização do povo negro e não branco no país.

De acordo com Moura (1988), alguns fazendeiros justificaram a imigração europeia com a alegação de uma suposta crise de mão de obra, porém o autor pontua que ocorreu foi uma verdadeira “substituição de um tipo de trabalhador por outro, o isolamento de uma massa populacional disponível” (p.93). Segundo Flauzina (2008), foram oferecidos aos trabalhadores europeus infraestruturas mínimas para sua vinda:

A partir de 1850 uma política de estímulo à imigração europeia é assumida estrategicamente pelas elites dominantes. De 1871 a 1920 ingressam no país cerca de 3.400.000 de europeus. Esse contingente representa praticamente o número de africanos escravizados que foram trazidos para o Brasil durante os três séculos e meio de tráfico transatlântico. Para os europeus foram concedidas ou vendidas a preços irrisórios terras férteis no Sul e Sudeste no país, bem como providenciada toda infraestrutura necessária para sua

acomodação como escolas, estradas, ferrovias, para listar apenas algumas. (P.72)

Apesar disso, Moura (1988) aponta que a estratégia de imigração, além de seguir uma ideologia de supremacia branca, representou lucro para as classes dominantes da época³, pois as agências de imigração cobravam os fazendeiros comissões pelos imigrantes que traziam e, por sua vez, os fazendeiros repassavam os seus gastos aos imigrantes. “Isto levava a que o imigrante dificilmente conseguisse resgatar as suas dívidas” (MOURA, 1988). Ademais, as promessas de infraestruturas oferecidas pelas classes dominantes aos imigrantes não se cumpriam, de acordo com o autor:

Ele, por seu lado, era também explorado. Vindo com a expectativa de fixação à terra, direito à propriedade, proteção, assistência médica, fontes de financiamentos, como apregoavam os agentes nos países europeus — também remunerados para isto —, ao chegarem viam-se equiparados aos escravos das fazendas. (MOURA, 1988, p. 92)

Assim, excluídos do mercado de trabalho formal, restaram a maioria dos negros os subempregos, os trabalho braçal, mendicância, vadiagem (Moura, 1988), em suma a marginalização e precarização da vida social. Moura (1988), aponta as diversas barreiras étnicas que impediram a população negra à ascensão social, o autor cita, por exemplo, a proibição de negros de frequentarem escolas, como ocorreu em Sergipe, em 1838, e durante o Estado Novo, onde nas escolas de Preparação de Cadete das Forças Armadas, de São Paulo, foi proibida a “entrada de negros, mulatos, judeus e filhos de operários” (p.98). Paralela a esta situação, a principal política pública bem estruturada que chegou às populações periféricas durante muito tempo e até o dias atuais é a truculência estatal, afirma Flauzina (2008).

Em um determinado momento da história brasileira, Moura (1988) aponta para uma coincidente divisão social e racial do trabalho, de modo que o serviços intelectuais e mais qualificados são exercidos majoritariamente pela população branca, “ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição” (p. 72).

³ Um levantamento de quanto lucraram os setores envolvidos e participantes desse comércio, no qual estavam interessados agentes europeus e nacionais, fazendeiros, funcionários do governo, empresas de imigração, e outros setores financiadores, poderá demonstrar por que surgiu a ideologia da necessidade de importação em massa do trabalhador europeu. (MOURA, 1988, 92)

Na atualidade ainda é possível observar os reflexos das estratégias de barragem étnicas, construídas ao longo da história brasileira. De acordo com informações divulgadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a desigualdade racial no mundo trabalho ainda é uma realidade no Brasil, o instituto apontou que entre as pessoas com escolaridade de nível superior os brancos recebem cerca de 50% a mais que os pretos. O IBGE, neste estudo, também identificou que a taxa de pobreza entre pretos e pardos é duas vezes maior em relação aos brancos. Na área rural, de acordo com a pesquisa, a desigualdade racial é ainda mais exorbitante, pois 80% das grandes propriedades rurais (com mais de 10 mil hectares) pertencem a proprietários brancos.

É importante citar que a ideologia do “mito da democracia racial” contribuiu para a manutenção da estratificação racial no Brasil, como afirma Flauzina (2008) é “como se por um passe de mágica, faltasse o vocabulário para expressar tudo o que fora historicamente edificado” (p.90). Moura (1988) pontua que o “mito da democracia racial” responsabiliza os negros pela sua condição social, “pois transferem para o negro, através do conceito de um suposto traumatismo da escravidão, as causas que determinaram a sua marginalização atual” (p.95), dessa maneira, isenta o Estado de seu dever de implementar políticas compensatórias.

Entre as principais respostas atuais do Estado brasileiro para garantir os mínimos existenciais à população empobrecida, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, estão os Programas de Transferências de Renda, como o Bolsa Família. Contudo, de acordo com Silvia; Yazbek; Couto (2016) ao considerar, unicamente, a renda como principal critério de elegibilidade para acesso a programas de combate à fome, o Bolsa família reforça uma visão individualista e economicista da pobreza, em concordância com as autoras, desconsidera-se, assim, “as determinações estruturais e geradoras de pobreza e da desigualdade social” (p. 111).

Ademais, conforme Carloto (2015), historicamente, os Programas de Transferência de Renda tem suas intervenções centralizadas nas “mulheres-mães-pobres”, sobretudo, as negras. Ainda de acordo com Carloto (2015) esta responsabilização das mães na função de cuidados, contrapondo a ineficiência do Estado em garantir serviços públicos nesta esfera, dificulta a inserção qualitativa dessas mulheres no mercado de trabalho formal. Situação que contribui para a permanência

de mulheres nos subempregos e trabalhos de baixa remuneração, visto que a ineficiência do Bolsa Família em arcar com as despesas essenciais, como moradia, alimentação, higiene e etc.. Tal condição também favorece a exploração de trabalho infantil de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, a perpetuação intergeracional da condição de pobreza. De acordo com Silva *et al.* (2016) as famílias empobrecidas apresentam composição mais numerosas de crianças e adolescentes, por outro lado, a integração dos adultos dessas famílias no mercado de trabalho formal é residual, “sendo este um dos aspectos centrais na hora de compreender os mecanismos de perpetuação da pobreza” (SILVA *et al.*, 2016, p. 177).

É, portanto, neste cenário de expressões da questão social que irão incidir o trabalho social das equipes técnicas dos CRAS, através do PAIF, que deve ter por objetivo, dentro dos limites e possibilidades, “superar as abordagens conservadoras e disciplinadoras presentes na direção e nos conteúdos das políticas sociais” (SILVIA *et al.*, 2016, p.179).

Ressalta-se que os CRAS estão localizados em áreas com maiores índices de vulnerabilidades sociais, conforme descreve a Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social (Brasil, 1993). Ou seja, em regiões territoriais com maior incidência dos desdobramentos das desigualdades social e racial.

3. Reflexões sobre o trabalho infantil e a reprodução intergeracional da pobreza, a partir dos atendimentos do PAIF.

Através dos atendimentos particularizados aos responsáveis familiares foi observada uma situação de perpetuação intergeracional da pobreza, de modo que os novos responsáveis familiares atendidos pelo CRAS não representavam novos usuários da política de assistência social, mas descendentes de famílias com históricos de atendimentos visando acesso a benefícios eventuais.

Neste sentido, foi também observado um perfil de responsáveis familiares jovens com características similares além da condição de renda, como acentuada evasão e abandono escolar e inserção precoce no mercado de trabalho, precário e informal. De acordo com Cutódio; Veronese (2009) “no Brasil, a maior parte da população empobrecida sempre começou a trabalhar muito cedo” (p.79), nessa mesma

direção afirma o MDS (2018): “muitas vezes, as crianças que trabalham têm pais e mães que passaram por isso na infância, permanecendo em situação de vulnerabilidade na vida adulta como consequência do prejuízo causado pelo trabalho infantil no processo de escolarização” (p.23).

Diante disso, partindo do princípio que o trabalho infantil não se trata de uma questão individual e que de acordo com que as crianças crescem tendem a ter mais autonomia e desejo de independência, foi articulado, como proposta de prevenção ao trabalho infantil do PAIF um grupo com os jovens do território, de famílias atendidas pelo CRAS e pela rede socioassistencial, com vistas a fomentar projetos de vida e profissionais, através da socioeducação.

4. O PAIF e o trabalho social com jovens, projeto “faz teu corre”: relato de experiência.

De acordo com Miotto (2009), as ações socioeducativas requerem dos profissionais o reconhecimento das demandas dos usuários em suas singularidades e coletividades, acumuladas ao longo do tempo. Neste sentido, conforme exposto, a proposta de trabalhar o aguçamento de projetos de vida e profissionais com a juventude, por meio da socioeducação, através do PAIF, surgiu a partir da identificação da perpetuação de histórias intergeracionais marcada pobreza extrema, no território atendido pelo CRAS.

O projeto intitulado “Faz Teu Corre!”, cujo tema foi inspirado em um poema de Sérgio Vaz (2023), foi elaborado e executado de forma multidisciplinar, pela psicóloga e assistente social da equipe técnica do CRAS. Teve como principal objetivo estimular o protagonismo social juvenil, com vistas a potencializar aos jovens participantes perspectivas de futuro, através de estímulos à aspiração de projetos de vida e profissionais. No entanto, sem desconsiderar os contextos sociais e econômicos que estão inseridos, bem como as necessidades imediatas que eles e suas famílias apresentam, com o cuidado de não cairmos em um reducionismo meritocrático, que leva a individualização e culpabilização dos sujeitos pelas suas condições de vida.

Embora a juventude seja compreendida pela faixa etária de 15 a 29 anos, conforme prevê o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), o nosso público alvo foi adolescente com idades entre 14 e 17 anos. Coincidentemente, as atividades iniciaram

no mês de junho, de 2023, mês da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e foram finalizadas em agosto do mesmo ano. Os encontros foram semanais, com duração de uma hora cada.

A maioria dos encontros teve formatos de rodas de conversas e através deles foram oportunizadas oficinas de autoconhecimento, visando reconhecer e estimular habilidades sociais que podem contribuir para a vida profissional. Entre as atividades socioeducativas foi oportunizado nos encontros: uma roda de conversa com uma egressa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) do CRAS, hoje estudante de direito de uma faculdade pública do município, que abordou sobre sua trajetória de vida até o ensino superior; uma mostra de profissões, evento que foi aberto ao público em geral, com o objetivo de não só conhecer as profissões, mas as trajetórias dos profissionais convidados; uma roda de conversa com um instituto que realiza seleção e encaminhamento para programas de adolescentes aprendiz; em articulação com a oficina de informática do SCFV, os jovens foram instruídos a acessarem a sua carteira de trabalho digital, elaborar um currículo e a realizarem inscrições em programas de adolescentes aprendiz. Também foi convidado para um dos encontros o Centro de Referência de Juventudes do município, que iniciaram com uma apresentação com um RAP e informaram aos participantes sobre as atividades culturais, de lazer e de qualificação que são oferecidas na instituição.

5. resultados e discussões.

Participaram do “Faz teu Corre!” ao total 10 jovens, considera-se que o projeto teve uma boa adesão, considerando que foi um grupo desenvolvido pelo PAIF e que 70% dos participantes eram de famílias atendidas pelo serviço, além de manter uma constância de frequência média de, aproximadamente, 60% do participantes e baixa rotatividade. Notou-se que o período de menor frequência foi a semana que coincidiu com as férias escolares de julho.

Uma questão que chamou atenção foi a respeito da exclusão digital, pois através da oficina elaboração de currículos no laboratório de informática, foi possível observar jovens com dificuldades em funções básicas do computador, como ligar, desligar e manusear mouse. Esta situação, caso não corrigida, pode futuramente ser uma desvantagem para o acesso ao mercado de trabalho na vida. Neste sentido, os

jovens foram incentivados a participarem das atividades do SCFV, visto que há oferta da oficina de informática básica.

Considera-se que este o “Faz teu corre!” atingiu o objetivo proposto, que foi fomentar o protagonismo juvenil, através da socioeducação, e refletir sobre projetos de vidas e profissionais, bem como, as consequências trabalho infantil ilegal e precário. Ademais, o projeto possibilitou apresentar aos jovens alternativas, como os programas de adolescente aprendiz, que tem como diretriz o acesso de adolescente, a partir dos 14 anos, ao mundo do trabalho de forma segura e compatível com seu desenvolvimento, em horário que não prejudique sua frequência escolar (Brasil, 2000).

Poucos meses após finalizarmos as atividades fomos informados sobre uma instituição que estava com processo seletivo aberto para adolescentes aprendiz e os participantes que tinham os requisitos mínimos e declarado interesse foram encaminhados. Dois dos participantes encaminhados ocuparam as duas vagas disponíveis. Recentemente, em 2024, também tivemos retorno de outro participante que também foi inserido em adolescente aprendiz.

O paradoxo destes felizes retornos foi a perda brutal de um dos jovens, que chegou a ir a algumas atividades do grupo, pela violência urbana. Em abril de 2024, um jovem, que víamos com grandes potenciais sociais e profissionais, tinha completado 18 anos no mês anterior, foi assassinado no bairro.

Neste sentido, é importante situar que o bairro onde está localizado o CRAS foi considerado o bairro mais violento do Espírito Santo, em 2023, por ter liderado o número de homicídios no estado, superando a região metropolitana, com a média de mais de uma morte violenta por mês, conforme apontou o colunista Ximenes (2024). Infelizmente, um dos nossos jovens entrou nesta cruel estatística em 2024. Esta situação reforça a necessidade do trabalho social com as juventudes pretas, pobres e periféricas, sobretudo, a urgência do Estado investir mais em políticas públicas de qualidade e eficazes, condizentes com os anseios e realidade das juventudes.

6. Considerações finais

Diante do exposto, considera-se fundamental não perder de vista a relação da formação sócio-histórica do país, o que permite ampliar a análise das demandas que chegam aos CRAS. Nota-se que se vistas desarticulada com a totalidade contribui a

conclusões simplistas de um suposto conformismo dos sujeitos ou famílias, responsabilizando-os pela sua condição social e pela superação dela. Como afirma Yasbeck (2009), a reprodução das relações sociais é:

a reprodução de um modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama das relações da sociedade. (p. 144)

Posto isto, trabalhar possibilidades e protagonismo social com as juventudes periféricas, oriundas de famílias que vivem apenas com o mínimo para a subsistência, é uma necessidade. Como já exposto neste trabalho, historicamente a política de assistencial social está centrada na figura da responsável familiar, particularmente das mulheres. O nosso objetivo, portanto, não foi mudar o foco de intervenção, mas estabelecer vínculos com outros membros das famílias, neste caso os jovens, e assim compor a rede de apoio e orientação social das famílias, não apenas da Responsável Familiar (RF).

Assim, com a premissa de apresentar caminhos, sem ignorar as barreiras que as juventudes pobres, negras e periféricas estão propensas a enfrentar, e possibilidades de romper ciclos de pauperismo foi elaborado o “Faz teu corre!”.

*Faz teu corre,
bota tudo que é no que faz
e se joga no que acredita.
Não confie no tempo
os dias são canalhas,
eles te enchem de beijos
sussurram nos ouvidos
promessas de futuro,
depois te largam no passado.
Lute agora enquanto os olhos brilham
e sonhe com as mãos,
pois seja qual for o resultado,
vai ter que viver com o acontecido.
É e bem melhor conviver
com as cicatrizes da batalha
do que com a vergonha
de ter fugido. (VAZ, 2021)*

Referências

BRASIL. Constituição da república federativa. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família–PAIF.** 2012.

CARLOTO, Cássia M. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres.in:MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo direitos e cidadania: contradições da política social.** Cortez Editora, 2015.

CUSTÓDIO, André Viana. VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil.** Curitiba: Multidéia, 2009.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.** 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Em%202021%2C%20o%20rendimento%20m%C3%A9dio,da%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%2C%20em%202012.>

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUA.** Brasília. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.** 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Caderno-de-Orieta%C3%A7%C3%B5es-T%C3%A9cnicas-PETI.pdf>

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Perspectiva SA, 2020.
VAZ, Sérgio. **Flores de alvenaria**. Global Editora, 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; COUTO, Berenice Rojas. Pobreza como categoria teórica e análise das matrizes que fundamentam o desenho e implementação dos PTRC. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira *et al.* Centralidade da família e da infância nos programas de transferência de renda. in: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai**. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* O significado sócio-histórico da profissão. Serviço Social: **direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 125-143, 2009.